

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Autismo e Terapia Ocupacional: Dilemas Éticos e Profissionais no Contexto Brasileiro Atual

Amanda Dourado de Souza Akahosi Fernandes, Thamy Eduarda Ricci, Bruna Lidia Taño, Maria  
Fernanda Barboza Cid, Sabrina Angélica Silvestrini Sanches

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13876>

Submetido em: 2025-10-27

Postado em: 2025-11-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**Autismo e Terapia Ocupacional: Dilemas Éticos e Profissionais no Contexto Brasileiro  
Atual**

**Autism and Occupational Therapy: Ethical and Professional Dilemmas in the Current  
Brazilian Context**

**Autoras:**

Amanda Dourado de Souza Akahosi Fernandes, Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, [amandafernandes@ufscar.br](mailto:amandafernandes@ufscar.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-8006-8117>

Thamy Eduarda Ricci, Pós-graduanda (doutorado) no Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, Brasil, [thamyrizzi@gmail.com](mailto:thamyrizzi@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-3410-8776>

Bruna Lidia Taño, Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Vitória, Espírito Santo, Brasil, [bruna.tano@ufes.br](mailto:bruna.tano@ufes.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-0101-4100>

Maria Fernanda Barboza Cid, Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, [mariafernanda@ufscar.br](mailto:mariafernanda@ufscar.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-0199-0670>

Sabrina Angélica Silvestrini Sanches, Pós-graduanda (mestrado) no Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar), São Paulo, Brasil, [sabrinaassanches@gmail.com](mailto:sabrinaassanches@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0002-3847-9013>

**Contato:** Amanda Dourado de Souza Akahosi Fernandes, [amandafernandes@ufscar.br](mailto:amandafernandes@ufscar.br),

Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310, São Carlos - São Paulo, CEP 13565-905

**Fonte de financiamento:** Esta pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2025/04549-4 (Thamy Eduarda Ricci)

**Contribuição dos autores:** Todas as autoras participaram da concepção e delineamento do trabalho; da discussão dos resultados; e da redação do manuscrito. Todas as autoras aprovaram a versão final do manuscrito.

**Conflito de interesse:** Não há conflito de interesse.

**Declaração de disponibilidade de dados de pesquisa:** todos os dados estão disponíveis no manuscrito.

## Resumo

Este ensaio analisa criticamente as implicações da crescente popularização do autismo no Brasil para a terapia ocupacional, a partir de uma trajetória coletiva iniciada em 2022 por terapeutas ocupacionais e pesquisadoras de Universidades públicas. As inquietações surgiram diante do aumento expressivo de clínicas especializadas em autismo e da inserção precoce de estudantes nesses serviços, frequentemente marcados por vínculos precários e práticas de cuidado problemáticas. O ensaio utiliza como referencial o aparato conceitual do Complexo Industrial do Autismo, adaptando-o ao contexto brasileiro para compreender a expansão diagnóstica e a constituição de um mercado de serviços altamente lucrativo, no qual a terapia ocupacional tem ocupado posição central. São explorados três eixos analíticos: I) A Formação; II) Expansão do Mercado de Trabalho e Intervenções ofertadas e III) Condições de Trabalho dos Terapeutas Ocupacionais: Espera-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre os rumos da profissão frente aos desafios éticos e estruturais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional, Autismo, Formação Acadêmica, Políticas Públicas.

## **Abstract**

This essay critically analyzes the implications of the growing popularization of autism in Brazil for occupational therapy, based on a collective journey initiated in 2022 by occupational therapists and researchers from public universities. Concerns arose from the significant increase in clinics specializing in autism and the early inclusion of students in these services, often marked by precarious relationships and problematic care practices. The essay uses the conceptual framework of the Autism Industrial Complex as a framework, adapting it to the Brazilian context to understand the expansion of diagnoses and the formation of a highly lucrative service market, in which occupational therapy has occupied a central position. Three analytical axes are explored: I) Training; II) Expansion of the Labor Market and Interventions Offered; and III) Working Conditions of Occupational Therapists. The essay hopes to contribute to the academic and political debate on the direction of the profession in the face of contemporary ethical and structural challenges.

**Keywords:** Occupational Therapy, Autism, Academic Background, Public Policies.

## **APRESENTAÇÃO**

Este ensaio é fruto de um trabalho iniciado em 2022, por terapeutas ocupacionais, pesquisadoras de Universidades públicas, que se depararam com uma série de problemáticas atreladas ao tema do autismo e dilemas éticos e profissionais. A percepção de tal tensionamento no campo público, político e da construção das intervenções em saúde decorreu inicialmente da experiência de parte das autoras deste trabalho com o cotidiano da gestão acadêmica e durante as proposições de ações extensionistas e de pesquisa. Enquanto docentes e, lotadas nos assentos de colegiado de curso ou de coordenação de estágio, neste período começaram a receber relatos de estudantes às voltas com as “clínicas especializadas em autismo”<sup>1</sup>. Fosse no sentido de buscarem, cada vez e em proporções maiores, estágios remunerados não obrigatórios nestas instituições ou então, em virtude da precoce inserção como trabalhadoras(es) nestes serviços, os quais respondiam de modos bastante problemáticos em relação ao tipo de vínculo, processos de trabalho e cuidado ofertado

---

<sup>1</sup> Aqui, refere-se às clínicas públicas e privadas que, ainda que ofereçam ações para crianças e adolescentes com outras necessidades, se dizem “especializadas” no diagnóstico e tratamento para o autismo a partir de técnicas e abordagens específicas.

(Fernandes *et al.*, 2025) aos anseios por renda e ampliação das experiências de estudantes em formação.

Diante das inquietações geradas, foi proposto um grupo de trabalho onde debates iniciaram em diferentes espaços de discussão, assim como, o desenvolvimento de pesquisas neste tema (Fernandes *et al.*, 2024a, Fernandes *et al.*, 2024b Fernandes *et al.*, 2025; Ricci *et al.*, 2025).

Estas terapeutas ocupacionais, articuladas em torno do Grupo de Pesquisa “*Arvorecer - Saúde mental de crianças, adolescentes e jovens: cotidiano, autonomia e participação sociocultural sob a perspectiva da atenção psicossocial e da terapia ocupacional*”, durante as reuniões realizadas nestes anos, organizou uma síntese das temáticas que inicialmente atravessavam e contingenciavam a questão do Transtorno do Espectro Autista (TEA), das “clínicas especializadas em autismo” e da ação técnica profissional.

As temáticas abordadas ao longo de diferentes encontros resultaram em análises articuladas à distintas dimensões da problemática em tela. Foram então organizados frentes de trabalho temáticas que retratam questões que consideram as diversas instituições, e ações sociais que têm respondido ao avanço da presença da temática do TEA no debate público e das abordagens para seu “tratamento e controle”, que em nosso entender estão atravessados por posicionamentos de caráter político e ideológico. Considerando que estas indicavam a urgência da ampliação do debate para outras redes e agentes sociais, as mesmas foram apresentadas e de algum modo validados pela Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (Rede Pq-SMCA<sup>2</sup>) que deliberou pela criação de um Grupo de Trabalho específico sobre a expansão do diagnóstico do TEA no contexto brasileiro (RedePq-SMCA, 2023; Fernandes *et al.*, 2024a; Fernandes *et al.*, 2024b; Colucci, 2024; Diálogos Despatologizantes, 2024). Além disso, em parcerias com outros pesquisadores, com o Instituto Cáue, com o movimento Despatologiza e outras redes, os trabalhos foram ampliados em virtude da necessidade do (re)conhecimento do problema e do posicionamento das instituições formadoras em saúde e das categorias profissionais, que deveriam questionar seu arcabouço teórico-metodológico.

---

<sup>2</sup> A Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes é grupo nacional composto por pesquisadoras e pesquisadores de distintas universidades e centros de pesquisa que se dedicam ao tema da saúde mental de crianças e adolescentes sob a lógica da atenção psicossocial em ações de pesquisa, extensão e também no apoio à gestão pública.

Importa mencionar que o intuito não é esgotar as reflexões e possibilidades que permeiam esse tema, mas sim, iniciar o debate no meio acadêmico, tendo em vista toda a complexidade existente.

Posto isso, este ensaio tem como objetivo explorar e analisar possíveis implicações da crescente “popularização” do tema do autismo no cenário atual para a terapia ocupacional, considerando que atualmente há inúmeros dilemas éticos profissionais que permeiam a formação graduada e pós-graduada, assim como, o mercado de trabalho. É evidente que há um fenômeno em curso relativo à expansão de diagnóstico de TEA e a constituição de uma “indústria” que tem incidido fortemente no setor de serviços (oferta de terapias e intervenções especializadas) (Fernandes *et al.*, 2025), sendo que a terapia ocupacional tem ganhado centralidade nesse debate, que em nossa compreensão e citando também as contribuições de Pamela Block<sup>3</sup>, vivencia pela primeira vez na história de sua constituição um massivo e maciço investimento de captura capitalística.

Para dar início às reflexões, apresenta-se o aparato conceitual - Complexo Industrial do Autismo (CIA) - proposto por uma pesquisadora dos estudos críticos sobre deficiência nos Estados Unidos (Broderick, 2022) e como este tem contribuído para a análise do contexto brasileiro, ainda que com especificidades. A partir deste referencial e de outros autores que contribuem para a discussão (Fombonne, 2018; Almeida; Neves, 2020), o objeto deste ensaio - o autismo e a Terapia Ocupacional na contemporaneidade - é abordado considerando três eixos de análise: I) A Formação; II) Expansão do Mercado de Trabalho e Intervenções ofertadas e III) Condições de Trabalho dos Terapeutas Ocupacionais.

## **O COMPLEXO INDUSTRIAL DO AUTISMO**

É importante iniciar esse debate apresentando o conceito de Complexo Industrial do Autismo (CIA), uma vez que, apesar de muito se falar da constituição de uma “indústria do autismo”, pouco é dimensionado sobre como ela se constitui, seus componentes e referências que a respaldam. Além disso, há uma vasta literatura sobre a indústria farmacêutica e medicalização da infância (Mazon, 2021; Caponi, 2016; Whitaker, 2016; Moysés; Collares, 2013), porém, no caso do autismo parece haver outros atravessamentos e elementos implicados que carecem ser dimensionados considerando suas especificidades enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural.

---

<sup>3</sup> Em conferência realizada no VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional realizado em setembro de 2025.

O conceito de CIA, desenvolvido por Broderick (2022), é uma análise crítica ao se apoiar em teorias sobre deficiência, capitalismo e neoliberalismo para compreender como o autismo foi transformado em um fenômeno altamente mercantilizado. Tendo como pano de fundo o capitalismo neoliberal, o autismo deixa de ser entendido exclusivamente como uma questão de saúde ou direitos e passa a ser visto como uma oportunidade econômica. Assim, compreende-se que o CIA trata-se de um sistema que trabalha para fabricar o autismo como uma mercadoria, transformando “tudo que é autista” em matéria-prima para extração do lucro.

Segundo Mazon (2021, p.34) “o mercado não se constitui como livre jogo de forças abstratas entre oferta e demanda, é antes resultado de um arranjo social amplo que envolve agentes, instituições, em processos político-culturais complexos e passíveis de contestação”. Nessa perspectiva, há uma maquinaria que opera o CIA, onde no centro, como motor desse processo há uma retórica, uma narrativa culturalmente instaurada que apresenta o autismo como uma condição "problema", muitas vezes vista como trágica ou catastrófica. Essa, por sua vez, mobiliza o medo entre famílias, alimentando a demanda por intervenções a partir da esperança e promessa de "normalizar" ou "corrigir" indivíduos autistas, alavancados por um discurso do “cientismo” (Broderick, 2022), repletos por ideologias positivistas que respondem às mudanças da ordem política e social que imperante, ajustando-se a elas, com vistas a necessidade inconsciente de acesso à totalidade (Caponi, 2021).

Assim, o CIA seria um sistema estruturado que explora e produz cada vez mais a categoria diagnóstica como uma mercadoria, gerando lucro a partir de diversos setores, tais como, educação, saúde, marketing, entre outros. Aproveitando do sistema capitalista neoliberal, governos e instituições privadas investem em clínicas e programas especializados, muitas vezes priorizando iniciativas que garantem retorno financeiro em detrimento de abordagens inclusivas e de qualidade, de acordo com as políticas públicas existentes. Grandes investimentos também são direcionados a formação de profissionais, comercialização de produtos, estratégias de marketing e pesquisas visando a “prevenção e cura” (Broderick; Roscigno, 2023).

## **O COMPLEXO INDUSTRIAL DO AUTISMO NO BRASIL**

A proposta de Broderick oferece ferramentas teóricas para analisar de forma crítica como o autismo tem sido abordado na contemporaneidade, em contextos diversos, incentivando um debate ético, inclusivo, centrado nos direitos humanos e na diferença.

No Brasil, o CIA tem se destacado nos últimos anos (a partir de 2019) principalmente no setor de serviços e intervenções, com a evidente expansão de clínicas especializadas para autistas, públicas e privadas, muitas vezes, financiadas com recursos públicos (Fernandes *et al.*, 2024b; Fernandes *et al.*, 2025).

No relatório produzido por pesquisadores de diferentes instituições, tendo como base um conjunto de dados e informações reunidos no âmbito da pesquisa de pós-doutoramento, os autores buscaram discutir as possibilidades e desafios envolvidos no cuidado prestado aos autistas no contexto brasileiro atual. Como resultado, sinalizam que há um fenômeno em curso que requer análises mais aprofundadas: trata-se da expansão de diagnósticos de autismo em um cenário de disputas sobre modelos de intervenção, com uma expressiva proliferação de projetos de lei sobre o tema, além de direcionamento orçamentário e político do executivo federal - com incidências nos estados e municípios, implicando, por exemplo na criação de serviços públicos exclusivos para autistas e expansão de clínicas privadas e disputa dessas empresas por profissionais “qualificados”, diante da demanda existente. Segundo o relatório técnico, muitas destas clínicas são conveniadas não só com seguradoras ou planos de saúde privados, como também com o SUS (Fernandes *et al.*, 2025).

Outros autores brasileiros também têm levantado esse debate (Machado, 2022; Picollo, 2025). Machado (2022) em sua obra, aponta que o autismo e suas políticas, tratam do lugar fabricado e reservado à criança no imaginário social, ou seja, as diferentes posições que uma criança ocupa nos dias atuais estão atravessadas pelas mudanças nos modos de existir, adoecer e fazer laço, de forma que o diagnóstico de autismo é a prova de novas marcas que se inscrevem nas crianças. Assim, como no estudo de Fernandes *et al.* (2024a), porém em período anterior, a autora realizou um mapeamento das leis e políticas aprovadas ou em vigor que têm o autismo como objeto, entre 2012 a 2020. Como resultado identificou que naquele momento, já havia uma visibilidade crescente sobre o tema, que, por um lado, reafirmam a existência do autismo, por outro lado, balizam-no como uma ameaça.

Considerando a realidade posta, é fundamental refletir sobre este cenário, as implicações e os desafios atrelados às práticas de cuidado ofertadas e difundidas a essa população. Fernandes

*et al* (2024b, p. 33) apontam que as perspectivas e concepções sobre esse tema são “pragmaticamente negociadas e corrompidas no âmbito da assistência, da pesquisa e produção de conhecimento científico, como forma de sustentar quem seria o detentor de maior expertise e legitimação do saber e, conseqüentemente, de quem domina o mercado”.

Diante disso, se constitui uma problemática ética e política, uma vez que por um lado há consumidores em busca de estratégias de tratamento pautados na normatividade e uma possível “cura” e, de outro lado, setores econômicos (serviço e intervenção), produzindo cada vez mais especialistas e tecnologias de cuidado sob a perspectiva biomédica e neurobiológica. Neste setor (serviços e intervenções) que mais tem se evidenciado no Brasil, nota-se que algumas categorias profissionais e suas tecnologias de cuidado e intervenção se sobressaem, principalmente aquelas ligadas à saúde e à educação, tal como a Terapia Ocupacional.

Ressalta-se que este debate a partir do núcleo da Terapia Ocupacional é recente e tem sido proposto e compartilhado em alguns coletivos de terapeutas ocupacionais (Crefito, Abrato), assim como, pesquisas têm sido desenvolvidas a partir do Grupo “Arvorecer” do CNPq e do Programa de Pós-Graduação em terapia Ocupacional da UFSCar (PPGTO/UFSCar).

## **REFLEXÕES/DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE A TERAPIA OCUPACIONAL E O AUTISMO DIANTE DA INDÚSTRIA CONSTITUÍDA**

Considera-se nesta análise preliminar, que os profissionais de Terapia Ocupacional, têm sido impactados em três áreas principais: I) A Formação: Expansão de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu com fragilidades curriculares, direcionados à prática técnica e comercial; contratação de estagiários; II) Expansão do Mercado de Trabalho e Intervenções ofertadas: Ampla oferta de vagas para terapeutas ocupacionais atuarem com autistas em clínicas, em detrimento de outros campos de atuação; distorção das práticas de cuidado e intervenção; fraudes; III) Condições de Trabalho dos Terapeutas Ocupacionais: Precarização em relação a vínculos empregatícios, carga horária e número de atendimentos, entre outras.

### **1) A Formação**

Se no período de 1995 a 2015, analisado por Vieira e Moysés (2017), o curso de Terapia Ocupacional foi um dos que menos teve crescimento em número de matrículas, hoje, no Brasil, há 118 cursos presenciais de Terapia Ocupacional cadastrados no MEC, ofertando

cerca de 20.000 vagas, enquanto os 46 cursos de ensino remoto ofertam mais de 70.000 vagas anualmente (e-MEC, 2025).

Essa expansão de cursos de graduação em Terapia Ocupacional no Brasil tem ocorrido de forma expressiva após a pandemia de COVID-19, principalmente com a criação de cursos de Educação a Distância- EaD (e-MEC, 2025). Esses cursos, em muitos casos, possuem a carga horária reduzida ou limitada, e que, muitas vezes, não possuem reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC). Tais programas apresentam em seus sites e redes sociais, oferta anual de vagas que variam de 800 a 2.000 (e-MEC, 2025), revelando um aumento quantitativo sem considerar as diretrizes curriculares nacionais e a qualidade formativa. A título de exemplo, as autoras analisaram a ementa de ensino remoto de Terapia Ocupacional de uma universidade privada que oferece 500 vagas anualmente e, além de disciplinas específicas voltadas ao autismo e técnicas comportamentais e sensoriais, também encontraram disciplinas sobre divulgação em redes sociais, matemática financeira, administração e análise de exames laboratoriais.

Centralizados sobretudo na “clínica do TEA” como amplamente divulgado, nos parece que este fenômeno é também atravessado a partir das atuais formas de gestão do trabalho num país em desenvolvimento sob a lógica capitalista e neoliberal. Assim, a formação graduada deve oportunizar modos de agenciamento para que futuros profissionais da terapia ocupacional sejam capazes de se autoempreender enquanto também produtos de um mercado cada vez mais individualizante que arregimenta trabalhadores enquanto produtos de si mesmos. Nessa lógica, supostamente mais dispersa, autogerenciada e livre do trabalho, o que se verifica é que a centralização do controle em relação às trabalhadoras e trabalhadores é cada vez mais restrita, agressiva e excludente.

Nesse cenário, destaca-se que algumas instituições de ensino superior tem tentado firmar convênios que facilitam a formação desses profissionais, ainda que em alguns situações de modo irregular, sendo proposto uma carga horária reduzida para quem já tem uma formação em áreas afins e estratégias de ensino remotas devido ao crescimento da procura por terapeutas ocupacionais (COFFITO, 2024).

Um exemplo recente se refere ao Edital nº 001/2024 da Federação Nacional das APAES (FENAPAES), que anunciava a formação em Terapia Ocupacional em dois anos para profissionais que já tivessem alguma formação graduada prévia. Esse fato causou uma grande

comoção dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), assim como de associações profissionais, como a Associação Brasileira de Terapia Ocupacional (ABRATO) e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) e intensificou o debate sobre a qualidade e os objetivos desses programas (CREFITO 1, 2024). Até o momento este Edital foi suspenso.

Outro ponto que vale ressaltar é que muitos desses cursos de Terapia Ocupacional, de ensino remoto, oferecem disciplinas voltadas especificamente ao autismo e ao ensino teórico de abordagens em evidência atualmente, relacionadas a esse diagnóstico. O que denota, assim, uma formação que acompanha as demandas do mercado, circunscrevendo as pessoas com deficiência ao seu diagnóstico médico, em detrimento de uma formação integral, crítica e generalista, indispensável ao exercício profissional.

Esse tipo de formação tem feito com que a Terapia Ocupacional seja apenas reconhecida e validada pelas técnicas que pode desenvolver. Ou seja, a profissão torna-se reduzida a um recurso terapêutico, o que é preocupante, pois como afirma Benetton (2008), um recurso pode ser abandonado quando deixa de ser necessário. É importante refletir que limitar a prática de terapeutas ocupacionais a uma técnica específica para uma determinada população também faz com que essa técnica assuma uma qualidade terapêutica por si só, dispensando a presença e a expertise do(a) profissional.

Outro ponto crítico refere-se aos estágios curriculares e extracurriculares. Há uma procura incessante de “clínicas especializadas em autismo” por alunos de graduação nas Universidades, independente do período formativo que se encontram. Além disso, há uma série de denúncias relativas à prática profissional de graduandos, uma vez que “estagiários” têm atuado sem a presença do supervisor e, até mesmo, como terapeutas ocupacionais formados diante de planos de saúde e familiares (Ricci *et al.*, 2025). Ainda, é importante frisar que muitas vezes a inserção destes alunos nas clínicas não são regulamentadas pelas Universidades.

Com frequência temos testemunhado o ingresso de estudantes dos cursos de terapia ocupacional nestas modalidades de trabalho, como estágios não reconhecidos pelas instituições de ensino em virtude das condições de precariedade em que vivem. Inúmeras vezes, seja nos corredores da Universidade, em mensagens de aplicativos de celular, somos abordadas com relatos angustiados de pessoas em formação vivendo situações bastante

graves do ponto de vista da dignidade do trabalho e mesmo da dignidade das crianças atendidas. Algumas reportagens jornalísticas, ainda que bastante apelativas, dão conta de indicar estas situações (CNN Brasil, 2024).

Acreditamos que a fragilidade das políticas de permanência estudantil, que no geral transfere poucos e incompletos recursos para manutenção dos estudantes na graduação, somado ao tempo exigido para os cursos na saúde, no geral integrais, concorre para o agravamento desta exploração da mão de obra graduanda. Por situações como estas, grupos de coordenadores de curso de terapia ocupacional tem se reunido sistematicamente para discutir essa situação, articulados à Rede Nacional de Pesquisas em Terapia Ocupacional - Reneto e também veiculando cartas e manifestações como a realizada pelo curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo (Universidade Federal do Espírito Santo, s/d).

No âmbito da pós-graduação lato sensu, a situação tem sido igualmente preocupante. Há uma proliferação de cursos de especialização, extensão, ofertados de forma remota e com duração variável, mas que nem sempre contam com formadores e conteúdos qualificados.

Simultaneamente, pela primeira vez na história da profissão, tem ocorrido o fechamento de programas de residência, aprimoramento e especialização reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) ou, uma redução significativa no número de inscritos, sempre tendo vagas remanescentes ou não preenchidas, diante da falta de procura e interesse dos recém formados.

Ainda que não tenha sido um foco de análise das autoras, infere-se que a redução de vagas da Terapia Ocupacional é reflexo das dificuldades inerentes aos programas de residência multiprofissional, mas também da escolha de estudantes em processo final de formação que têm optado por ingressar diretamente no mercado de trabalho, dada a alta demanda por profissionais para atuarem em clínicas especializadas, com salários atrativos.

## **2) Expansão do Mercado de Trabalho e Intervenções ofertadas**

Conforme apresentado no eixo anterior, o mercado de trabalho para terapeutas ocupacionais no Brasil tem apresentado uma expansão significativa, com ampla oferta de vagas, predominantemente voltadas para atuação com autistas em “clínicas especializadas em autismo”. Nunca houve tamanha demanda por terapeutas ocupacionais. Toda essa expansão tem gerado disputas entre as clínicas por profissionais e levado a uma rotatividade nos postos de trabalho.

Tais instituições, muitas vezes financiadas com recursos públicos, operam sob a lógica neoliberal de produtividade e eficiência, adotando protocolos rígidos, padronizados e de base biomédica, com vistas à obtenção de resultados quantificáveis e comercializáveis (Broderick, 2022; Fernandes *et al.*, 2024a; Fernandes *et al.*, 2025). Assim, a atuação dos terapeutas passa a ser instrumentalizada e orientada para atender a uma demanda específica do mercado, em detrimento de uma prática integral, relacional e voltada para o fazer cotidiano atravessado pelos determinantes sociais da saúde.

Embora existam oportunidades em outros cenários de atuação, via concursos públicos, contratação em serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), essas vagas têm permanecido ociosas, evidenciando a centralidade do mercado privado no cenário atual. Um exemplo disso se encontra no relatório da Auditoria Operacional na Rede de Atenção Psicossocial do estado do Espírito Santo (2024), dos 17 CAPS habilitados, apenas 10 contam com terapeutas ocupacionais. Segundo relatos dos gestores locais ao Tribunal de Contas do Estado, a contratação destes profissionais tem sido um desafio uma vez que a concorrência com as vagas ofertadas por clínicas particulares é desigual dada as discrepantes diferenças salariais (TCEES, 2024).

A demanda por terapeutas com certificações específicas em métodos e abordagens importadas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), por exemplo, reforça a ideia de que há um “padrão ouro” terapêutico universal, desconsiderando as particularidades socioculturais, econômicas e geográficas do Brasil (Broderick, 2022; Fernandes *et al.*, 2024a; Fernandes *et al.*, 2025 ).

O modelo de cuidado atualmente proposto, baseado em intervenções intensivas e massivas em clínicas, restringe a existência, a criação e a vida dos sujeitos autistas, retomando práticas disciplinadoras, violentas e institucionalizantes. Esse debate perpassa discussões sobre a concepção do autismo, incluindo seus possíveis fatores etiológicos, metodologias de tratamento eficazes e implicações para as políticas públicas. No entanto, insere-se, sobretudo, em um complexo industrial em ascensão. Dessa forma, ao se tornar uma pauta prioritária desse mercado, o autismo tem sido instrumentalizado para atender a interesses políticos e econômicos, ofuscando o que deveria ser central: a garantia de direitos dessa população. Direitos fundamentais, como cidadania, saúde e educação, vêm sendo sistematicamente negados (Ortega, 2019; Grinker, 2019; Broderick, 2022).

Segundo Bezerra et al. (2023), a estruturação da saúde tem sido guiada pela lógica do lucro, colocando o dinheiro no centro das relações de cuidado e transformando o setor em mais um nicho de mercado. Esse fenômeno se intensifica no contexto do autismo, que se tornou um diagnóstico altamente valorizado. Nesse cenário, o cuidado em saúde também reflete o colonialismo do saber, operando sob uma racionalidade que marginaliza outros conhecimentos.

Nesse contexto, a violência e a institucionalização assumem novas roupagens no mundo contemporâneo. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre como a ideia da evidência científica tem sido disseminada e instrumentalizada. É essencial questionar o discurso de que apenas determinadas técnicas e abordagens especializadas, fundamentadas pesquisas advindas do Norte global, seriam adequadas para responder às demandas de todas as pessoas autistas. Essa perspectiva desconsidera a singularidade dos indivíduos, limita o reconhecimento de suas potencialidades e ignora as distintas subjetividades produzidas em cada contexto geopolítico. Além disso, abre espaço para o controle de corpos e a imposição de poder, reforçando uma lógica manicomial, colonialista, etarista e capacitista (Fernandes et al., 2024a).

Ainda que alguns avanços tenham ocorrido, o foco tem se restringido ao desenvolvimento de habilidades e competências individuais por meio de terapêuticas estruturadas, em detrimento de abordagens psicossociais mais amplas, que considerem a participação ativa dos sujeitos, suas comunidades, os determinantes sociais de saúde e as interseccionalidades nesse debate (Fernandes et al., 2024a).

Como consequência, surge um grave problema de saúde pública: de um lado, um mercado consumidor em busca de tratamento e cura; de outro, a proliferação de especialistas que, sob uma perspectiva biomédica e neurobiológica, reproduzem um modelo de cuidado institucionalizante e individualizante, revestido por um positivismo renovado (Fernandes et al., 2024a). Esse modelo, muitas vezes, ignora os avanços das lutas históricas pela saúde mental, negligência, abordagens coletivas e pode, inclusive, resultar na violação de direitos humanos, o que vai, inclusive, na contramão da proposta de cuidado da terapia ocupacional construída no Brasil ao longo dos anos.

### **3) Condições de Trabalho dos Terapeutas Ocupacionais**

A precarização das condições de trabalho dos terapeutas ocupacionais é outro aspecto alarmante, especialmente no contexto do capitalismo neoliberal. Apesar da expansão do mercado de trabalho e dos salários atrativos, estes mascaram problemas estruturais, como vínculos empregatícios precários, cargas horárias excessivas, condições inadequadas de trabalho e altas demandas diárias e horas semanais, incluindo o atendimento simultâneo de múltiplas crianças.

Relatos de exaustão entre os profissionais são comuns, evidenciando o impacto da precarização sobre sua saúde e qualidade de vida. Exemplos dessa situação têm sido compartilhados em espaços coletivos de troca e discussão, assim como em pesquisas recentes (Ricci et al., 2025).

A precarização das condições de trabalho dos terapeutas ocupacionais representa uma das expressões mais contundentes do funcionamento do CIA em sua articulação com a lógica neoliberal e com as reformas estruturais que vêm desmantelando as políticas públicas de cuidado no Brasil (Broderick, 2022; Fernandes et al., 2024a; Fernandes et al., 2025 ). Tal fenômeno evidencia-se na expansão de um mercado terapêutico que, ao invés de representar valorização profissional, tem se traduzido em vínculos empregatícios frágeis, intensificação da exploração da força de trabalho e degradação das condições laborais, configurando o que Antunes (2025) denomina de reconfiguração regressiva das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo.

É comum que terapeutas ocupacionais atuem sob regimes de contratação informais, especialmente como microempreendedores individuais (MEIs), sem quaisquer garantias trabalhistas ou previdenciárias. Essa forma de inserção no mercado é justificada por uma retórica de autonomia e empreendedorismo, que mascara a precarização sob a promessa de liberdade individual e meritocracia (Bourdieu, 1998; Antunes, 2018). Contudo, o que se verifica na prática é a imposição de jornadas exaustivas, metas inatingíveis, ausência de pausas e condições mínimas para o exercício ético e técnico da profissão (Dejours, 2004; 2006; Antunes, 2018; 2025).

As redes sociais têm se tornado espaços importantes de denúncia e visibilização desses processos. Um perfil anônimo em uma rede social, por exemplo, reúne centenas de relatos que evidenciam a precarização dos processos e condições de trabalho: infraestrutura precária, sobrecarga, assédio moral e sexual institucionalizados, práticas fraudulentas e desvalorização

sistemática do saber técnico-científico dos profissionais (Ricci et al., 2025). Tais relatos revelam a dimensão subjetiva da precarização, que ultrapassa a materialidade do trabalho e incide sobre a saúde mental e a integridade ética dos trabalhadores (Dejours, 2004; 2006; Antunes, 2018; 2025).

Essa expropriação da subjetividade do trabalhador é própria das novas formas de gestão neoliberal, como apontam Dardot e Laval (2016), nas quais o trabalhador é responsabilizado pelo sucesso ou fracasso das intervenções clínicas, desconsiderando os atravessamentos estruturais da prática e impondo uma lógica de individualização da culpa. Como consequência, observa-se o aumento de quadros de burnout, adoecimento mental e abandono precoce da profissão, especialmente entre jovens terapeutas ocupacionais.

A precarização também se manifesta na hierarquização interna das equipes, onde profissionais com formação teórica frágil e capacitações técnicas rápidas ocupam posições estratégicas, enquanto terapeutas ocupacionais com formação crítica e abrangente são desvalorizados. Isso reflete uma lógica de cuidado centrada na eficiência operacional e na adesão a protocolos empresariais, em detrimento de uma clínica pautada na autonomia profissional, comprometida com a complexidade do sujeito e a co-construção dos processos terapêuticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: REPENSAR AS AÇÕES, PLANEJAR O FUTURO E ARTICULAR OS SABERES**

A mercantilização do trabalho em saúde e o fenômeno do CIA atuam como mecanismos de captura da potência crítica da Terapia Ocupacional, esvaziando seus fundamentos éticos, territoriais e coletivos. Quando transformada em prestadora de serviços para um nicho de mercado, a profissão corre o risco de ser instrumentalizada por lógicas tecnicistas que negam sua dimensão política, emancipatória e intersetorial. Assim, é necessário questionar se a aparente valorização do terapeuta ocupacional representa, de fato, um avanço ou se reforça uma lógica de mercado que negligencia princípios fundamentais da profissão.

Na direção de uma contribuição mais propositiva para a realidade elucidada neste texto entendemos como importante a articulação de terapeutas ocupacionais, entidades de classe, redes e coletivos na proposição de espaços reflexivos sobre o atual contexto. Uma certa proatividade em se fazer constar nos espaços de decisão e de alinhamento no campo público para as pessoas com deficiência e suas comunidades e demais políticas públicas deve contar

com a nossa participação, engajada também na defesa de políticas públicas democráticas, inclusivas e solidárias.

Deste modo as atividades de pesquisa, docência e extensão tem se voltado para a articulação destes debates em diferentes frentes como a incidência política por meio da participação na problematização e formulação de políticas públicas em âmbitos federal, estadual e municipais, para os quais a produção de conhecimento implicado e geopoliticamente referenciado devem contribuir. Além disso, também temos realizado conversas e assessorias ao Sistema de Justiça (Ministério Públicos, Defensorias, Varas de Infância e Juventude) ofertando formações, apoios, supervisões e estudos de caso que possibilitem uma mirada mais complexa e situada em relação aos pedidos por aberturas de clínicas, acesso à direitos e benefícios, articulando-os às análises complexas de ordem biopsicossocial.

No âmbito da produção de cuidado e de conhecimento em Terapia Ocupacional, sugerimos problematizar a quem efetivamente estamos respondendo com nossas práticas e pesquisas. Nesse contexto, torna-se imprescindível a criação de espaços de reflexão crítica nos processos formativos - graduação, pós-graduação e formação continuada - que possibilitem a retomada dos fundamentos epistemológicos e ético-políticos da Terapia Ocupacional. Tais espaços devem favorecer a análise dos fazeres cotidianos, constantemente tensionados pelas dinâmicas do neoliberalismo e pelas tecnologias da informação, que promovem a padronização dos corpos e das formas de existência e relação com e no mundo, desconsiderando a diversidade e as potencialidades inventivas da vida.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M. L., & Neves, A. S. (2020). A popularização diagnóstica do autismo: Uma falsa epidemia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e180896, 1–12.
- Antunes, R. (2018). **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2025). **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 15. ed. São Paulo: Boitempo.
- Benetton, M. J. (2008). Atividades: Tudo o que você quis saber e ninguém respondeu. *Revista CETO*, 11(11), 26–29.

Bezerra, P. A., Cavalcanti, P., & Moura, L. B. A. (2023). Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis*, 33, e33025. <http://doi.org/10.1590/s0103-7331202333025>

Broderick, A. & Rosigno, R. (2021). Autism, Inc. The Autism Industrial Complex. **Journal of Disability Studies in Education**, v. 2, n. 1, p. 77-101.

Broderick, A. (2022). **The Autism Industrial Complex**: How branding autism is creating a market of patients. New York: Routledge.

Caponi, S. (2016). *Medicalização da vida: Ética, saúde pública e indústria farmacêutica*. São Paulo: Hucitec.

Caponi, S. (2021). Saberes expertos e medicalização no domínio da infância (Org. S. Caponi, F. Stolf Brzozowski & L. de Lajonquière). LiberArs.

CNN Brasil. (2024). Falsa terapeuta ocupacional é presa durante atendimento no RJ. CNN Brasil.

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/falsa-terapeuta-ocupacional-e-presa-durante-atendimento-no-rj/>. Acesso em setembro de 2025

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (2024). COFFITO, ABRATO e FENAPAES debatem Edital nº 001/2024, que trata de novo curso de bacharelado em Terapia Ocupacional. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região. <https://www.crefito1.org.br/noticias/8099/coffito-abrato-e-fenapaes-debatem-edital-n-001-2024-que-trata-de-novo-curso-de-bacharelado-em-terapia-ocupacional>. Acesso em maio de 2025.

Collucci, C. (2024, 31 de maio). 'Indústria do autismo' influencia políticas públicas, pressiona planos e se expande no mercado privado, diz relatório. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/industria-do-autismo-influencia-politicas-publicas-pressiona-planos-e-se-expande-no-mercado-privado-diz-relatorio.shtml>

CREFITO 1. CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 1ª REGIÃO (2024). COFFITO, ABRATO e FENAPAES debatem Edital nº 001/2024, que trata de novo curso de bacharelado em Terapia Ocupacional.

<https://www.crefito1.org.br/noticias/8099/coffito-abrato-e-fenapaes-debater-edital-n-001-2024-que-trata-de-novo-curso-de-bacharelado-em-terapia-ocupacional>. Acesso em maio de 2025.

Dardot, P. & Laval, C. (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

Dejours, C. (2004). **Subjetividade, trabalho e ação**. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Diálogos Despatologizantes. (2024, 20 de maio). A expansão atual do diagnóstico de autismo no Brasil [Áudio podcast]. Spotify. <https://open.spotify.com/episode/61a57hwjGoNvFNDmthcuPA>

e-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em maio de 2025.

Fernandes, A. D. S. A.; Andrada, B. C.; Couto, M. C. V. & Delgado, P. (2024a). A “indústria” do autismo no contexto brasileiro atual: contribuição ao debate. **Material Técnico**. ISBN: 978-65-00-99824-5.

Souza, A. D., Fernandes, A., Ricci, T. E., & Taño, B. L. (2024b). A “indústria” do autismo e a urgência de um debate epistemológico e assistencial geopoliticamente localizado. *Revista Proteção Integral* (2ª ed.), 30–36.

Fernandes, A. D. S. A.; Andrada, B. C.; Couto, M. C. V. & Delgado, P. (2025). A expansão do diagnóstico de autismo no contexto brasileiro atual: incidência nas políticas públicas e na organização do cuidado. **Desidades - Revista científica da infância, adolescência e juventude**. DOI: <https://doi.org/10.54948/desidades.v1i41.68499>

Fombonne, E. (2018). The rising prevalence of autismo. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 59, n.7, p. 717–720.

Franco, T.; Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 35(122), 229-248. DOI: [10.1590/S0303-76572010000200006](https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006).

Grinker, R. R. (2019). A quem pertence o autismo? Economia, fetichismo e stakeholders. In C. Rios & E. Fein (Eds.), *Autismo em tradução: uma conversa intercultural sobre condições do espectro autista*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

Machado, L. V. (2022). **Políticas do autismo**: efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social. São Paulo: Benjamin Editorial.

Mazon, L. M. (2021). *A medicalização da infância: Entre a saúde, a educação e a indústria farmacêutica*. Curitiba: Appris.

Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2013). *Medicalização da educação: Um olhar sobre a infância*. Campinas: Autores Associados.

Ortega, F. (2019). “Por que não ambos?” Negociando ideias sobre autismo na Itália, no Brasil e nos EUA. In C. Rios & E. Fein (Eds.), **Autismo em tradução: uma conversa intercultural sobre condições do espectro autista** (pp. 119-139). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

RedePq-SMCA. Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. Contribuições para o avanço da Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes. Documento Técnico apresentado ao Departamento de Saúde Mental e Enfrentamento ao Abuso de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. 2023.

Ricci, T. E., Fernandes, A. D. S. A., Cestari, L. M. Q., Marcolino, T. Q., & Souza, M. B. C. A. de. (2025). Terapeutas cansadas: da precariedade do trabalho à precariedade da assistência na indústria do autismo. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, 33, e3846. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO396338461>

Silva, D. N., Barros, J. P. P., & Santos, L. M. (2020). Colonialidade do poder, do saber e do ser: Implicações para a saúde coletiva. *Saúde em Debate*, 44(126), 112–124.

TCEE. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de Auditoria Operacional: Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Espírito Santo. Processo n. 2153/2024. Vitória: TCEES, 2024. 125 p. Disponível em: <https://www.tcees.tc.br>. Acesso em: 10 set. 2025.

Universidade Federal do Espírito Santo. (s.d.). Nota de posicionamento do curso de Terapia Ocupacional – UFES. Terapia Ocupacional UFES.

<https://terapiaocupacional.ufes.br/conteudo/nota-de-posicionamento-do-curso-de-terapia-ocupacional-ufes>

Vieira, A. L. S., & Moyses, N. M. N. (2017). Trajetória da graduação das catorze profissões de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, 41(113), 401–414.

Whitaker, R. (2016). *Anatomy of an epidemic: Magic bullets, psychiatric drugs, and the astonishing rise of mental illness in America*. New York: Broadway Books.

---

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.